



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0348974-5**

**AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001301-98.2013.8.17.0770**

**COMARCA** : Itambé – Vara única  
**IMPETRANTE** : Adailton Raulino Vicente da Silva  
**PACIENTE** : Edivânia Ferreira Gomes  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TÓXICO. ART. 33 DA LEI 11.343/2006. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉ QUE PERMANECEU PRESA DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRECENTES DO STJ E STF. ALEGAÇÃO DE ERRO NA DOSIMETRIA. NÃO APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO §4º, DO ART.33, DA LEI Nº 11.343/2006. MATÉRIA SUSCETÍVEL DE APRECIÇÃO EM SEDE DE APELAÇÃO CRIMINAL. IMPETRAÇÃO COMO SUBSTITUTO RECURSAL. INCABIMENTO. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Verifica-se, a partir das informações trazidas pelo magistrado processante e do capítulo da sentença que deixou de conceder o direito de a paciente recorrer em liberdade, a real necessidade da manutenção da segregação cautelar da paciente com vistas à garantia da aplicação da lei penal, mostrando-se ilógica a concessão de liberdade provisória a quem respondeu a todos os atos do processo penal presa, ainda mais quando já proferida sentença penal condenatória. Precedentes do STJ.

II - A primariedade, os bons antecedentes e a profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrado, *in concreto*, a sua necessidade, nos termos do art.312, do CPP. Precedentes do STJ.

III – É de se restringir a possibilidade de cabimento do habeas corpus às hipóteses em que o indivíduo se encontrar sofrendo ou na iminência de sofrer violação à sua liberdade de ir e vir, considerando que o remédio jurídico-constitucional se trata de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

uma garantia constitucional que visa assegurar o direito deambular.

IV – A impetração de habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional. Precedentes do STJ e STF.

V – Conheço em parte o presente *writ* e, na parte conhecida, denego a ordem. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0348974-5 figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em conhecer em parte o presente writ e, na parte conhecida, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
**Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira – Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0348974-5**

**AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001301-98.2013.8.17.0770**

**COMARCA** : Itambé – Vara única  
**IMPETRANTE** : Adailton Raulino Vicente da Silva  
**PACIENTE** : Edivânia Ferreira Gomes  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**RELATÓRIO**

O Bel. Adailton Raulino Vicente da Silva impetrou ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **EDIVÂNIA FERREIRA GOMES**, qualificada na atrial (fls.02), alegando que a paciente esta sofrendo constrangimento ilegal nos autos do **processo-crime nº 0001301-98.2013.8.17.0770** a que responde perante o Juízo de Direito da Vara única da Comarca de Itambé, em face da não aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/2006 quando da prolação da sentença, bem como pelo fato de não ter sido concedido o direito de a paciente recorrer em liberdade.

Afirma, ainda, que foi interposto recurso de Apelação, tendo a defesa apresentado as razões recursais no 1º grau *"no entanto a ré ainda aguarda presa no presídio, para o devido encaminhamento dos autos até o Tribunal de Justiça, pois falta a juntada das razões do Ministério Público"* (fl.07)

Requer, em síntese, a revogação da prisão preventiva da paciente, ou alternativamente a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal Brasileiro, bem como a aplicação da causa especial de diminuição de pena (art. 33, §4º da Lei 11.343/2006).

Salienta que a paciente é primária, possuidora de bons antecedentes e com domicílio definido.

· A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 09/139.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

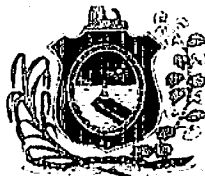
Às fls.146/146-v, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.151/152, acompanhada de cópia da sentença condenatória (fls. 153/157).

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti ofereceu manifestação opinando pelo não conhecimento da presente ordem de *habeas corpus* (fls.160/163).

Está feito o relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira – Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0348974-5**

**AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001301-98.2013.8.17.0770**

**COMARCA** : Itambé – Vara única  
**IMPETRANTE** : Adailton Raulino Vicente da Silva  
**PACIENTE** : Edivânia Ferreira Gomes  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**VOTO**

---

Neste *writ*, pretende o impetrante, sob a alegação de ausência de fundamentação no capítulo da sentença que manteve a prisão cautelar da paciente, a concessão da liberdade provisória, com a expedição do competente alvará de soltura e, alternativamente a substituição da prisão cautelar por medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal Brasileiro, bem como a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º da Lei 11.343/2006.

Ao prestar informações, mediante ofício datado de 10.09.14, o MM Juiz processante, Dr. Eugênio Cícero Marques, esclarece que (fls. 151/152):

*"(...) A ora paciente foi presa em flagrante em 4.12.2013 e indiciada como incurso nas penas do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, porque se encontrava portando 33 pedras de crack, além de R\$70,00 em dinheiro.*

*Em decisão proferida em 19.12.2013, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva.*

*A denúncia foi oferecida em 18.12.2013 e recebida em 10.1.2014.*

*A paciente apresentou defesa preliminar em 31.1.2014.*

*A audiência de instrução e julgamento foi realizada em 16.4.2014, sendo ouvidas três testemunhas arroladas na denúncia e interrogada a ora paciente.*

*Em 5.6.2014, foi prolatada sentença condenando a denunciada a uma pena de 7 anos de reclusão, além de 600 dias-multa, como incurso nas penas do art.33 da Lei n.º 11.343/2006. Na sentença, foi considerado o tempo de*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*prisão da ré, verificando-se que falta cumprir 6 anos e 6 meses da pena. Foi mantido o regime inicial fechado para cumprimento da pena e denegado o direito de recorrer em liberdade.*

*A defesa recorreu da sentença, encontrando-se os autos com vista ao Ministério Público para contra-arrazoar o recurso.*

*Não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito em razão da quantidade da pena aplicada (superior a 4 anos).*

*Por outro lado, entendo que a natureza da droga (crack, substância que possui alto grau de determinação de dependência física e psíquica) e a elevada quantidade apreendida (33 pedras) não só impedem a fixação de regime menos gravoso, mas também recomendam a imposição do mais rigoroso, como forma de retribuição proporcional à gravidade da conduta; (...)"*

Segundo consta dos autos, estes foram os motivos apresentados pelo Magistrado singular para negar a paciente o direito de apelar da sentença em liberdade (fl.156):

*"(...); O réu não poderá apelar em liberdade. Assim o será porque "a finalidade é de assegurar o cumprimento sem demora da sanção imposta ao sujeito ativo do delito de maior gravidade, pela sua impressionante incidência nos dias atuais, com nefasta repercussão na sociedade"(RTJ 113/1071); (...)"*

Verifica-se, a partir das informações trazidas pelo magistrado processante e do capítulo da sentença que deixou de conceder o direito de a paciente recorrer em liberdade, a real necessidade da manutenção /da segregação cautelar da paciente com vistas à garantia da aplicação da lei penal.

Ademais, mostra-se ilógica a concessão de liberdade provisória a quem respondeu a todos os atos do processo penal presa, ainda mais quando já proferida sentença penal condenatória.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Neste sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de

Justiça:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DO DECRETO PREVENTIVO QUE INVIABILIZA MELHOR ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES. RÉU PRESO DURANTE TODA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE RECONHECE A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO CRIME. PERSISTÊNCIA DOS MOTIVOS ENSEJADORES DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO E NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. COMPATIBILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PROCESSUAL.**

*I - A ausência de juntada da cópia da decisão que decretou a prisão preventiva, documento imprescindível à plena demonstração dos fatos apontados, uma vez que a sentença condenatória e o acórdão recorrido (e-STJ Fls. 13/21 e 77/84) reportaram-se expressamente aos fundamentos do decreto preventivo para negar o direito de recorrer em liberdade, inviabiliza a análise da presença dos requisitos para a manutenção da segregação cautelar.*

*II - O direito do Réu apelar em liberdade sofre mitigações, em especial, nos casos em que permaneceu preso durante toda a instrução criminal, ainda mais quando já proferida sentença penal condenatória.*

*III - Tendo o Recorrente permanecido preso durante a instrução processual, e ausente a cópia da decisão que decretou a prisão preventiva, de rigor sua manutenção.*

*IV - Ademais, a necessidade de garantia da ordem pública encontra-se devidamente fundamentada na periculosidade do Recorrente para o meio social,*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*evidenciada pela reiteração delitiva, fundamento acrescido pela sentença, tendo em vista a existência de outra ação penal em curso, em que o Acusado responde pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, demonstrando sua predisposição para prática de crimes e a necessidade de cessar a reiteração delitiva.*

*V - Esta Corte firmou entendimento no sentido de que não há incompatibilidade entre a fixação do regime semiaberto e a negativa do direito de recorrer em liberdade, ressalvada a necessidade de se adequar a custódia cautelar ao regime fixado, providência esta que, no caso dos autos, já foi adotada pelo Tribunal de origem no julgamento do writ originário.*

*VI - A presença de condições favoráveis, tais como residência fixa, primariedade e ocupação lícita, embora devam ser devidamente valoradas, não são suficientes, por si sós, para obstar a decretação da prisão cautelar, quando, devidamente embasada nos fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal, esta mostrar-se necessária.*

*VII - Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 46.321/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 29/08/2014)*

Veja-se, também, o seguinte precedente do Supremo Tribunal

Federal:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO E NTORPECENTES. BENEFÍCIO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO. ART. 44 DA LEI 11.343/06. NECESIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA DECISÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX DA CF. PERICULOSIDADE DO RÉU. PACIENTE PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. ORDEM DENEGADA. [...].3.Verifico que, in casu, o juiz fundamentou suficientemente a decisão de negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade, eis que,**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 4. Houve fundamentação idônea à manutenção da prisão processual da paciente, não tendo o magistrado se valido de "fundamentos genéricos e desvinculados de fatos concretos", como alega o impetrante. Não houve, portanto, violação ao art. 93, IX, da Constituição da República. 5. A periculosidade do réu constitui motivo apto à decretação de sua prisão cautelar, com a finalidade de garantir a ordem pública, consoante precedentes desta Suprema Corte (HC 92.719/ES, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 19.09.08; HC 93.254/SP, rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 01.08.08; HC 94.248/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 27.06.08). 6. Ademais, "é pacífica a jurisprudência desta Suprema Corte de que não há lógica em permitir que o réu, preso preventivamente durante toda a instrução criminal, aguarde em liberdade o trânsito em julgado da causa, se mantidos os motivos da segregação cautelar" (HC 89.824/MS, rel. Min. Carlos Britto, DJ 28-08-08). 7. Ante o exposto, denego a ordem de habeas corpus. (HC n. 95.685/SP, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 6/3/2009).*

Por fim, imperioso destacar que a simples alegação de ser a paciente primária, portadora de bons antecedentes, ter profissão definida e residência fixa não assegura a liberdade provisória, quando presentes circunstâncias que justificam a segregação cautelar.

Neste diapasão, cumpre trazer à baila o seguinte julgado:

**"HABEAS CORPUS" SUBSTITUTIVO DE RECURSO  
ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. CRIME CONTRA O  
PATRIMÔNIO. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE  
CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA  
REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.  
IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS  
AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.**

1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do "habeas corpus" e não mais o admitem como substitutivo de recursos e nem sequer para as revisões criminais.
2. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em razão da periculosidade do paciente, caracterizada pelo "modus operandi" porque em comparsaria com os dois corréus, mediante uso de violência e graves ameaças em grupo, por meio de imobilização e socos subjugou a vítima e dela subtraiu um televisor.
3. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis.
4. "Habeas corpus" não conhecido por ser substitutivo do recurso cabível. (HC 294.037/PE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 10/06/2014).

No que pertine ao pedido de aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33 §4º da Lei 11.343/2006, cuido que a via adequada para apreciar e julgar a matéria ventilada na impetração é a **apelação criminal**, conforme estabelece o art. 593, I<sup>1</sup>, da Lei Adjetiva Penal, que prevê a hipótese de cabimento do recurso apelatório, contra as sentenças definitivas proferidas pelo Juízo singular, que condenarem o réu, como é o caso dos autos.

A propósito, destaco das informações prestadas pelo Juízo processante, mediante ofício datado de 10.09.2014, o seguinte excerto (fls.151):

*"(...) A defesa recorreu da sentença, encontrando-se os autos, com vista ao Ministério Público para contrarrazoar o recurso (...)."*

<sup>1</sup> ART.593 – Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

I – das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular

Aekaa/Habeas Corpus hc n° 00348974-5.toxico. direito de apelar em liberdade permaneceu preso durante a instrução. ordem denegada



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Em seu judicioso parecer de fls.162, a douta Procuradoria de Justiça, salientou que *"(...) in casu, o remédio heróico não deve ser conhecido porquanto, como cediço, não se pode admitir a utilização do writ em substituição de Recurso Ordinário (Apelação), inclusive por que para o enfretamento de teses jurídicas na via restrita, imprescindível que haja ilegalidade manifesta relativa a matéria de direito, cujo constatação seja evidente e independa de qualquer análise probatória, o que não se vislumbra no caso em questão (...)."*

Cumpre assinalar, por necessário, que recentemente tem se consolidado, por meio de reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a tendência de se atenuar as hipóteses de cabimento do *mandamus*, destacando-se que o *habeas corpus* é remédio constitucional voltado ao combate de constrangimento ilegal específico de ato ou decisão que afete, potencial ou efetivamente, direito líquido e certo do cidadão, com reflexo direto em sua liberdade.

Convém salientar que, ao restringirem o cabimento do remédio jurídico-constitucional às hipóteses delineadas pela Carta Política em vigor e no Código de Processo Penal, os integrantes do Pretório Excelso o fizeram com lastro no argumento de que as vias recursais ordinárias passaram a ser atravessadas por incontáveis possibilidades de dedução de insurgências pela impetração do *writ*, cujas origens, ao que tudo indica, parece terem sido esquecidas, sobrecarregando os tribunais, desvirtuando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal.

Destarte, amparado nesta mudança da orientação jurisprudencial, firmo entendimento no sentido de que o *writ* constitucional não se presta à correção de decisão sujeita a recurso próprio, previsto no sistema processual penal, não sendo, pois, substituto do recurso de apelação.

Por oportuno, trago à colação precedente que conduziu a modificação no entendimento relativo à admissibilidade do *habeas corpus*, como substitutivo da recurso próprio, cuja ementa transcrevo: **"HABEAS CORPUS – JULGAMENTO POR TRIBUNAL SUPERIOR – IMPUGNAÇÃO. A teor do disposto no artigo 102, inciso II, alínea 'a', da Constituição Federal, contra decisão, proferida em processo revelador de habeas corpus, a implicar a não concessão da ordem, cabível é o recurso ordinário. Evolução quanto à admissibilidade do substitutivo do habeas corpus.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**


**PROCESSO-CRIME – DILIGÊNCIAS – INADEQUAÇÃO.** *Uma vez inexistente base para o implemento de diligências, cumpre ao Juízo, na condução do processo, indeferi-las.* (HC 109956, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 07/08/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-178 DIVULG 10-09-2012 PUBLIC 11-09-2012)

À vista dos argumentos ora expendidos, deduz-se que o presente *WRIT*, no que pertine ao pleito de redução da reprimenda em face da aplicação da causa de diminuição descrita no art. 33, §4º da Lei 11.343/2006, não merece ser conhecido, haja vista que foi interposto como substituto de recurso próprio, qual seja a apelação criminal.

No mesmo sentido: “(...) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente - a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício -, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. (HC 293.208/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 27/08/2014).

Ante o expendido, **conheço em parte o presente mandamus**; e nesta extensão voto pela **denegação da ordem**.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
**Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**